

## **NOVO-DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA: DISCUSSÃO ACERCA DE ALGUMAS CRÍTICAS CONCEITUAIS**

Cláudia Maria Costa Gomes  
Emanuelle Galdino de Oliveira Moura  
Jéssica Maria de Souza Mélo  
Maria da Conceição da Silva Cruz

Este artigo contém os resultados finais da pesquisa de Iniciação Científica vinculada a UFPB, sob o título Um Balanço Crítico das Teses Centrais do Novo-Desenvolvimentismo na América Latina, concluído no primeiro semestre do ano de 2013. Este projeto surgiu como continuidade da pesquisa iniciada no ano de 2011, e que terão continuidade na pós-graduação. Procuramos estudar o conceito do novo-desenvolvimentismo segundo alguns autores de destaque na América Latina e no Brasil, analisando os seus escritos, tomando como foco as críticas que tecem a respeito do tema. O novo-desenvolvimentismo tem sido assunto constante de eventos e de produção literária na América Latina, se apresentando como um tema atual. Prova disso são os escritos ora analisados por este artigo, que apresentam como foco o fenômeno do novo-desenvolvimentismo desvelando suas características principais. Os autores pesquisados foram Rodrigo Castelo, Reinaldo Gonçalves, Plínio Sampaio Júnior e Claudio Katz.

### **Novo-desenvolvimentismo na América Latina**

O conceito de desenvolvimentismo é retomado, agora como Novo-desenvolvimentismo, aparecendo como uma alternativa ao neoliberalismo. O termo novo foi adicionado porque agora além de prezar pelo desenvolvimento econômico, visa um progresso do campo social, a partir da proposta de uma intervenção ativa do Estado, tanto nas políticas sociais, como no processo de industrialização. De maneira geral, indica a construção de um desenvolvimento com equidade.

A ideologia novo-desenvolvimentista surge no final dos anos 1990 como alternativa as medidas neoliberais, já que este preza pela liberalização e desregulamentação dos mercados, privatização de estatais, não intervenção do Estado e investimento mínimo em políticas sociais.

O novo-desenvolvimentismo, numa posição contrária, busca uma participação mais ativa do Estado, onde este desempenha a seguinte função: “O Estado seria uma espécie de ente político promotor de condições propícias para o capital investir seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral (CASTELO, 2010, p. 196).” Para o novo-desenvolvimentismo, o Estado deve garantir a estabilidade do mercado, agindo de maneira certa para a contenção e prevenção das crises, proporcionando uma harmonia entre os desenvolvimentos econômico e social.

O novo-desenvolvimentismo busca ainda a criação de um acordo, de uma relação de consenso entre capital e trabalho em nome do crescimento nacional, ou seja, estas duas classes antagônicas se uniriam em busca de um mesmo objetivo: o desenvolvimento econômico, que proporcionará benefícios a toda a sociedade, diminuindo a desigualdade social e melhorando a distribuição de renda. Para o novo-desenvolvimentismo, “[...] o crescimento econômico é o principal fator para a redução das desigualdades sociais.” (CASTELO, 2010, p. 197).

Assim, a comunhão tríplice entre o Estado (regulamentador e interventor, garantidor da propriedade privada), a burguesia (investidora de capitais, compradora de novas tecnologias) e a classe trabalhadora (fornecedora da força de trabalho), construiria uma comunhão perfeita para um desenvolvimento pleno e amplo, capaz de atingir todos os âmbitos da sociedade e todas as classes que a compõe.

A partir de uma análise da realidade pode-se notar as diferenças entre o neoliberalismo e o novo-desenvolvimentismo, já que o último exige que a devida atenção seja depositada no campo social. Atualmente, as empresas continuam a destruir o meio-ambiente, a explorar o trabalho infantil, a escravizar, e a contrabandear animais, a diferença é que agora são “obrigadas” a pagar sua cota social. Destroem a vida sob todos os aspectos, mas,

em contrapartida, as ditas corporações financiam projetos sociais ou pactuam com ONG e Fundações de direito privado as ‘ações de sustentabilidade sócio ambiental’ na tentativa de compensar a destrutividade ambiental e social dos seus empreendimentos (MOTA, AMARAL, PERUZZO, 2012, p.5).

Desta forma, o novo-desenvolvimentismo busca a humanização do capital, desdobrando funções positivas destas empresas, que se baseiam no investimento de uma pequeníssima parcela dos seus lucros em ações sociais. É perceptível ainda, que a tratar as expressões da questão social. Além disso, se aproveitam destas ações para criação de campanhas publicitárias, aparecendo como bem feitoras, como resposta, o Estado diminui a cobrança de impostos de tais empresas.

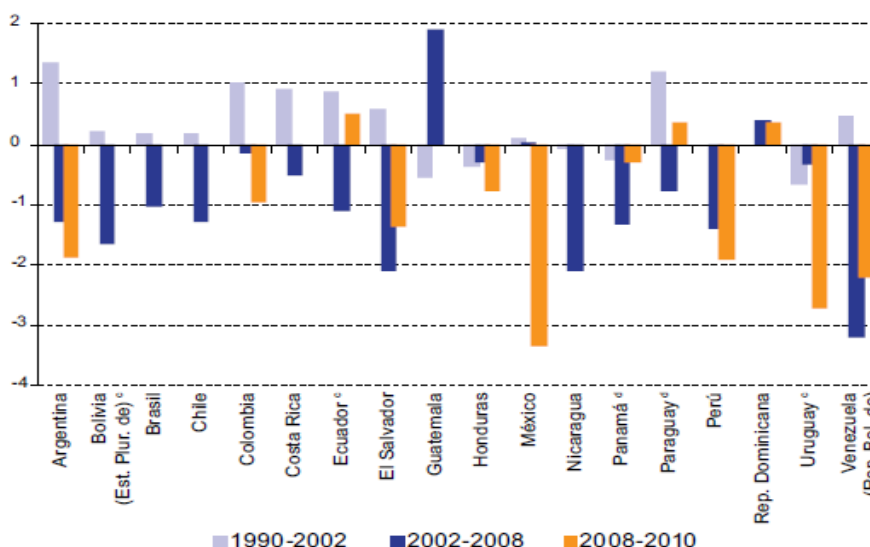
A proposta novo-desenvolvimentista avança em consideração ao neoliberalismo, mas como afirma Castelo,

Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando à superação do modo de produção capitalista, eternizado e naturalizado como o sistema social por excelência da natureza do *homo economicus* (CASTELO, 2010, p. 203-204).

Desta forma, o novo-desenvolvimentismo apresenta uma proposta de reforma para o capitalismo, apresentando uma perspectiva de melhora dentro da ordem vigente. Como podemos observar no gráfico 1, o Índice de Gini<sup>1</sup> no período de 2002 a 2010, tem apresentado uma melhora em grande parte dos países da América Latina.

Gráfico1- Evolução do Índice de Gini na América Latina

**AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): EVOLUCIÓN DEL ÍNDICE DE GINI, 1990-2002, 2002-2008<sup>a</sup> Y 2008-2010<sup>b</sup>**



Fonte: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países. **a)** Corresponde a los períodos 2004-2006 en la Argentina, 2001- 2008 en el Brasil, el Paraguay y el Perú, 2000-2006 en Chile, 2001-2004 en El Salvador y 2002-2007 en Honduras. **b)** Corresponde a los períodos 2006-2010 en la Argentina, 2004-2010 en El Salvador y 2007-2010 en Honduras. **c)** Áreas urbanas. **d)** Áreas urbanas solamente en el período 1990-2002.

Assim, é possível inferir, a partir de análise do gráfico 1, que estatisticamente a situação melhorou na maioria dos países, visto que este índice se baseia na mensuração da desigualdade. No entanto, a estrutura fundante do capitalismo não se altera, o que mantém a vigência da miséria, do desemprego e da fome, que são reproduzidos e inerentes a este sistema. Além disso, o novo-desenvolvimentismo fornece um meio de continuidade ao MPC, munindo-o de estratégias que combinam o controle da classe trabalhadora com o direcionamento burguês do Estado. Na avaliação de Coggiola,

<sup>1</sup> O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Segundo a ONU, em relatório de 2005, o Brasil estava entre os três países mais desiguais do mundo, detendo o recorde da região: os 10% mais abastados tinham uma renda equivalente a 32 vezes o que recebem os 40% mais pobres. Isto num quadro histórico em que a região também perdeu espaço na renda mundial. Em 1980, América Latina e o Caribe tinham uma renda per capita média de 18% dos rendimentos dos países mais ricos do mundo. Em 2001, os ganhos eram de só 12,8% dos obtidos nas nações centrais (2010, p. 2).

Estes dados revelam que o desenvolvimento econômico não está sendo combinado com a distribuição de renda. Como apontado anteriormente, a proposta de comunhão sugerida pela ideologia neodesenvolvimentista, visa nada mais que a manutenção da ordem e a coesão social, permitindo assim, a construção de uma harmoniosa relação entre capital e trabalho, onde a classe trabalhadora aceite sua condição de explorada e continue cumprindo seu papel social.

É possível inferir ainda, que o Novo-desenvolvimentismo oferece suporte a ideologias antineoliberais, porém objetiva, primordialmente, o desenvolvimento do capital nacional, o qual continua a aumentar o número de excluídos do mercado de trabalho, a desigualdade social, a exploração exacerbada da classe trabalhadora e o acúmulo da riqueza produzida nas mãos da burguesia.

Como o novo-desenvolvimentismo preza, também, pela intervenção do Estado no campo social, os investimentos sociais aumentaram em todo o mundo, inclusive na região da América Latina. Contudo, ainda apresenta grandes disparidades de investimentos quando comparamos os países da região entre si.

A Cepal revela ainda que o nível dos gastos públicos sociais aumentou em 10% entre os anos de 2002 e 2003 e entre 2004 e 2005, atingindo US\$ 660 dólares *per capita*, a preços do ano 2000, mas há grandes disparidades de gastos entre os países analisados. O gasto por habitante é 15 vezes maior no país que mais investe neste tipo de programa social em relação ao que menos gasta. Dos 21 países analisados, 12 investem menos de US\$ 350 *per capita* ao ano; seis aplicam entre US\$ 550 e US\$ 870 *per capita*/ano e apenas dois superam a faixa de US\$ 1 mil anual por pessoa (GARSCHAGEN, 2007, p.39).

Esses gastos sociais públicos são investimentos canalizados principalmente para os Programas de Transferência de Renda Mínima que estão sendo usados largamente pelos países da América Latina, como estratégias de combate a pobreza. O primeiro programa foi criado em 1989 na Venezuela, atualmente, há presença de programas deste tipo em, no mínimo, 15 países da região.

A incidência destes programas aumentou por estarem sendo usados como forma de compensação social, que ao invés de uma vaga no mercado de trabalho, é oferecida uma renda que serviria para suprir as necessidades mínimas do usuário. São usados também como um meio de diminuir a concentração de renda que é intensa na região.

Para alguns autores, a primeira transferência de renda surgiu, outrora, na Inglaterra no final do século XVIII, e foi chamada de Lei dos Pobres. Segundo Coggiola,

A “compensação social” foi sendo, nos últimos anos, associada à “transferência de renda”, uma espécie de tributo tardio pago ao igualitarismo socialista. Um relatório do Programa da ONU para o Desenvolvimento escandalizou o mundo quando afirmou que as três pessoas mais ricas do planeta, juntas, tinham ativos superiores ao PIB<sup>2</sup> dos 48 países mais pobres, onde viviam 600 milhões de pessoas. E pouco mais de 250 pessoas, cada uma delas com ativos maiores que US\$ 1 bilhão, detinham mais renda que 40% da humanidade abaixo da linha da pobreza, perto de 2,5 bilhões de pessoas (2010, p.2).

Ao que segue atestando:

Nesse escândalo, América Latina tinha (e continua tendo) um lugar privilegiado. Segundo a ONU, em relatório de 2005, o Brasil estava ainda entre os três países mais desiguais do mundo, detendo o recorde da região: os 10% mais abastados tinham uma renda equivalente a 32 vezes o que recebem os 40% mais pobres. Isto num quadro histórico em que a região também perdeu espaço na renda mundial. Em 1980, América Latina e o Caribe tinham uma renda per capita média de 18% dos rendimentos dos países mais ricos do mundo. Em 2001, os ganhos eram de só 12,8% dos obtidos nas nações centrais (Ibid, idem).

A alta concentração de renda e a desigualdade da região são visíveis a olho nu, e continuam crescentes, devido ao fato das reformas não acontecerem no campo do trabalho, não havendo uma ampliação dos postos de trabalho. Ao contrário, o que se estabelece é o desmonte dos direitos conquistados e uma ampliação dos Programas de Transferência de Renda Mínima (PTRM) que se caracterizam enquanto políticas compensatórias. É notável ainda que o direito ao trabalho formal esteja sendo substituído por discursos que trazem o empreendedorismo e o auto-emprego como foco, desresponsabilizando o Estado da obrigação de criar novos postos de trabalho.

No campo das Políticas Sociais, os Programas de Transferência de Renda Mínima passam a ser o principal investimento social que o Estado realiza e apresentam as seguintes características: tem como público-alvo famílias que se encontram em vulnerabilidade social e

---

<sup>2</sup>O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam, países, estados ou cidades), durante um determinado período (wikipédia).

não estão inseridas no mercado de trabalho; transferência de uma pequena quantia de dinheiro; são compensatórias, não retirando a família da condição de pobreza. Estes programas são influenciados por organismos internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), já que estes garantem a milhões de pessoas um acesso mínimo ao mercado.

Essa política vem sendo adotada por presidentes de “esquerda” e centro-esquerda dos países latino americanos. Os PTRM tem como objetivo o combate à pobreza e suprir as necessidades imediatas da família usuária. Apresenta ainda, como característica, a exigência do cumprimento de condicionalidades relacionadas à saúde e educação, implicando num maior acesso da população aos serviços ofertados nessas áreas. Caso as condicionalidades não sejam cumpridas, a família é retirada do programa.

No Brasil, o PTRM foi nomeado Bolsa Família (PBF) e surgiu no ano de 2003, como proposta de unificação de quatro programas básicos de renda; Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale Gás, e Cartão Alimentação. Apresenta como prioridade o combate à fome e a pobreza, a transferência de renda é feita diretamente para o usuário, que recebe um cartão magnético para realização dos saques. Coggiola explica:

Os programas sociais do Brasil, pela sua dimensão, tiveram impactos alhures, sendo propostos como exemplo mundial. Os países líderes do grupo dos “emergentes”, o BRIC (Rússia, Índia, China, além do próprio Brasil), anunciaram sua intenção de adotar programas semelhantes, com vistas a resolver os graves problemas de miséria e pobreza suscitados em consequência de sua passagem para a “economia de mercado”, e correlatas às suas altas taxas de crescimento econômico [que o Brasil esteve longe de reproduzir] (2010, p.2).

O critério para participação do programa é a família ter renda per capita de até um quarto do salário mínimo. Uma vez inserido no programa, a família tem que cumprir condicionalidades referentes à saúde e educação. O benefício varia de R\$ 32,00 a até R\$ 160,00. Ao se encontrar no programa, o usuário tem acesso a cursos profissionalizantes, que são desenvolvidos com a intenção de se inserir a pessoa no mercado de trabalho. O PBF não se constitui como um direito garantido em lei, se caracterizando apenas como uma política governamental. Apesar disso, o governo continua aumentando os investimentos neste programa.

Os PTRM, muitas vezes, são usados como meio de barganha política, melhoram os indicadores sociais com rapidez e são vistos como mecanismos de extrema importância de

combate à pobreza pelos organismos internacionais. Assim, o país que implanta estes programas é visto de maneira privilegiada na hora de receber empréstimos dos países de capitalismo central. Atualmente, até os países ditos “desenvolvidos” estão inserindo em suas políticas sociais os PTRM, visto que o desemprego e a desigualdade estão atingindo de maneira perversa todo o mundo.

Estes programas são criticados por muitas vezes não se constituírem como direitos sociais, por não se caracterizarem como universais e por buscarem sempre uma concessão entre a classe trabalhadora e a burguesia, tentando mistificar o antagonismo de classes existente no MPC; são incapazes de garantir o básico para as famílias, suprimindo necessidades mínimas, garantindo a sobrevivência enquanto simples consumidor, não satisfazendo a totalidade de necessidades humanas. Trabalham ainda com uma perspectiva individualista, não analisando a realidade em que o usuário se encontra, nem suas determinações históricas. Desta forma,

É obvio que estas políticas permitem o aumento do consumo das famílias pobres, porém, são iniciativas que não interferem na origem das desigualdades. Estas políticas compensatórias e focalizadas, conceituadas como de enfrentamento à pobreza, são apoiadas, em geral, pelas elites (MOTA, AMARAL, PERUZZO, 2012, p. 9).

A partir de uma análise do exposto, é possível afirmar que o principal objetivo do Novo-desenvolvimentismo é o progresso industrial e a liberalização dos mercados, que como no desenvolvimentismo, aparecem acima de qualquer outra intenção.

É necessário ressaltar que a realidade não indica possibilidade de êxito nesse processo porque não tem sido possível manter o crescimento econômico com socialização de riquezas ou uma maior e melhor distribuição de parte da riqueza. Mantém-se a concentração da riqueza e, na América Latina, em particular, constata-se que mais de 40% de sua população é pobre e entre 15% a 20% são indigentes; as desigualdades sociais aumentaram, porém, o que muda é a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza através de políticas de inclusão, por cotas, ou, de mínimos sociais (AMARAL;MOTA;PERUZZO. 2003, p. 06).

Nesse sentido, a proposta do novo-desenvolvimentismo é incompatível em sua gênese, pois busca unir desenvolvimento econômico e equidade social, o que é visivelmente contraditório. É como se o capitalismo fosse capaz de atender as demandas sociais e econômicas ao mesmo tempo, como se pudesse satisfazer as necessidades da classe trabalhadora, mantendo intacta a divisão de classes.

Este argumento nega a historicidade dos fatos, pois é entendido que no MPC “A produção de riqueza é, simultaneamente, a produção da miséria material do trabalhador, mas

sobretudo, miséria humana” (MARX apud OLIVEIRA, 2010, p. 279). Logo, infere-se a contradição do novo-desenvolvimentismo, visto que a reprodução da miséria humana é inerente ao MPC, portanto, sem o combate direto a estrutura deste, não há superação possível da miséria.

### **Novo-desenvolvimentismo na América Latina: conceito e crítica**

A América Latina é classificada pela Organização das Nações Unidas – ONU como a região mais desigual do mundo, ultrapassando lugares como a África e a Índia. Este fato é decorrente da má distribuição de renda que acomete a região onde “0,5% da população possui 25% da renda nacional; por outro lado, 30% da população tem apenas 7,5% da renda nacional. É a maior brecha do planeta” (KLIKSBURG, 2003, p. 27). Esta desigualdade é consequência do Modo de Produção Capitalista, pois o mesmo tem como lei geral da acumulação, a socialização do trabalho e a apropriação privada dos bens produzidos.

Com a crescente desigualdade gerada por este processo, o Estado passa a ter que intervir nesta realidade, já que a extrema desigualdade existente entre a classe trabalhadora, que fornece força de trabalho, e a burguesia, detentora dos meios de produção, acaba por gerar um desequilíbrio no sistema, acarretando em crises de consumo.

Para prevenção e controle das crises do Modo de Produção Capitalista (MPC), o Estado é cada vez mais chamado a intervir na realidade, tanto na economia, como no campo social. Em 1930, a América Latina é palco da disseminação da Teoria Desenvolvimentista. Como indicado no primeiro capítulo, esse papel foi atribuído pelos organismos internacionais à Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Assim, foi difundida a ideia que a América Latina se encontrava no nível de subdesenvolvimento quando comparada aos países de capitalismo central.

A Teoria Desenvolvimentista, portanto, tratava da solução para que a região mais desigual do mundo se equiparasse aos países desenvolvidos. Desta forma, era afirmado que os investimentos do Estado e do mercado deveriam ser focados na industrialização e no crescimento econômico. Segundo Marini, “se a política econômica era o instrumento, o objeto essencial ao qual ela deveria aspirar para superar o subdesenvolvimento era, para a CEPAL, a industrialização” (2010, p. 110). A receita estava pronta: com a industrialização os países



crecem, se desenvolvem, acumulam riqueza. Com isso, todos os outros âmbitos da sociedade partilhariam desse crescimento, inclusive a vertente social.<sup>3</sup>

Com o passar do tempo, foi possível perceber que manter o foco na industrialização e políticas econômicas só agravou as expressões da questão social, deixando a população numa situação contraditória: avanço tecnológico com uma notória exacerbação da miséria. Segundo Maranhão, “o mundo atual vive cada vez mais um paradoxo: de um lado as maravilhas da ciência e, de outro a barbárie da miséria” (2010, p.93). Apesar do flagrante aumento da desigualdade, a CEPAL e os organismos internacionais não voltaram atrás em sua teoria e continuaram apostando suas fichas na Teoria Desenvolvimentista.

Em 1960 a teoria da CEPAL perde prestígio, no entanto, os estudos sobre a realidade latino-americana continuam sendo o foco da Comissão. Posteriormente, o ideário liberal é retomado e o Estado passa a realizar, no campo social e no mercado, intervenções pontuais, em casos de extrema necessidade. O trato das expressões da questão social fica a cargo da igreja, sociedade e terceiro setor, pois as políticas sociais só atendem a uma pequena parcela da população, sendo dotadas de um caráter focalizador e excludente. No final dos anos 1990 o neoliberalismo entra em cheque, deixando um quadro de forte desemprego, instabilidade econômica, aumento da fome e da miséria. Segundo a CEPAL (2004), a taxa desocupação atingia, aproximadamente, 47% da população latino americana.

Como indicado no item anterior, no início do século XXI, na América Latina entra em foco o discurso do novo-desenvolvimentismo, colocando outra vez em pauta o papel do Estado e dos governos que estão à frente dos países latino-americanos. Como vimos, a conduta novo-desenvolvimentista seria baseada numa forte intervenção estatal na procura do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e equidade social. O termo é ponto de convergência de debates e encontros, tornando-se pauta constante na agenda latino-americana e sendo tema de estudo e crítica de vários escritores.

Rodrigo Castelo conceitua o novo desenvolvimentismo como sendo uma combinação entre desenvolvimento econômico e equidade social, onde o Estado estaria sempre intervindo na economia para a construção de um mercado forte, proporcionando o equilíbrio financeiro e diminuindo as chances de acontecimento de crises. Com o fortalecimento econômico, os

---

<sup>3</sup> Celso Furtado realizou uma análise das condições da indústria e do desenvolvimento do Brasil e da América Latina durante o Nacional Desenvolvimentismo. Cf. FURTADO, Celso. **A economia Latino-Americana (formação histórica e problemas contemporâneos)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

investimentos seriam mais densos havendo geração de novos postos de trabalho, o que acarretaria na diminuição das desigualdades sociais.

É perceptível que o investimento no desenvolvimento econômico seria responsável pela retirada da população da América Latina da situação de pobreza, desemprego e fome. “O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na ‘questão social’, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades” (CASTELO, 2010, p. 197). Assim, as pessoas são colocadas individualmente num patamar de igualdade, como se seu sucesso ou fracasso só dependesse delas, não levando-se em consideração as condições materiais e históricas a que estão submetidas.

O autor faz uma forte crítica ao conceito de Estado adotado pelos defensores do novo desenvolvimentismo:

Em primeiro lugar, o novo desenvolvimentismo defende a tese do Estado burguês como complementar ao mercado e promotor do bem-estar universal, sendo o Estado considerado um ente político-administrativo universal, acima dos interesses particulares das distintas classes sociais (CASTELO, 2010, p. 198).

A partir de uma análise crítica da realidade, podemos perceber que o Estado é dirigido pelos interesses da minoria detentora do poder, a burguesia. Desta forma, o Estado é o responsável por manter as condições de produção e reprodução da ordem, não esquecendo, para isso, de construir alianças com a classe trabalhadora. Assim, é visto como um mediador, uma instância superior, neutra, que preza pelo bem coletivo, e não como um guardião das condições burguesas de desenvolvimento.

O novo desenvolvimentismo tem sua principal base no reformismo keynesiano, onde se altera de maneira pontual a intervenção estatal nas expressões da questão social, através das políticas sociais, que neste sentido se expressam, principalmente, pelos Programas de Transferência de Renda (PTR). Estes mecanismos oferecem a melhora de índices e a estabilização da economia, através do aumento do consumo, no entanto, não alteram a condição de exploração do trabalhador, tampouco interferem na ordem burguesa vigente.

Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando à superação do modo de produção capitalista, eternizando e naturalizando como o sistema social por excelência da natureza do *homo economicus* (CASTELO, 2010, p. 203-204).

Ao afirmar que a América Latina foi tomada pelos governos de direita e centro esquerda, o autor destaca o uso de Programas de Transferência de Renda nas políticas sociais

e o abandono de formulações críticas. Há uma crescente absorção do reformismo estatal proposto pelo novo desenvolvimentismo. Com isso, as possibilidades de rompimento com a ordem estão cada vez mais distantes.

Ao analisar os escritos de Reinaldo Gonçalves, podemos constatar que o mesmo afirma que o novo desenvolvimentismo é apenas mais uma fase do liberalismo, onde se preza pela intervenção estatal em nome da garantia de uma estabilização de mercado. O autor defende a tese de que este processo, ao contrário do que alguns autores colocam, não tem origem e nem se baseia no nacional desenvolvimentismo. O autor afirma ainda que o próprio o nacional desenvolvimentismo (1950-1960) teve, na América Latina, sua estrutura e projetos alterados, o que acabou por tornar esse processo uma cópia infiel do que aconteceu nos países de capitalismo central.

O principal fato a destacar é que as experiências de desenvolvimentismo na América Latina retiraram do trinômio do nacional-desenvolvimentismo (industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo) a questão da origem do capital-nacionalismo. Na realidade, o que se constata é que na região a industrialização substitutiva de importações *cum* forte intervencionismo estatal apoiou-se, em boa medida, no capital estrangeiro. É o capitalismo dependente fortemente associado ao capital estrangeiro (GONÇALVES, 2012, p. 653).

Para Gonçalves, “a diretriz estratégica básica do novo desenvolvimentismo é o crescimento econômico com menor desigualdade” (2012, p. 656). É perceptível a presença de reformas que são realizadas para o fortalecimento do Estado e regulamentação do mercado. Neste caso, o papel de um Estado forte é garantir a estabilização da economia e dos níveis de pobreza, desemprego e fome.

Assim, os Programas de Transferência de Renda se tornam a saída para o trato das expressões da questão social, pois ao distribuírem renda, fortalecem e estabilizam o mercado. No entanto, não distribuem riqueza, não produzindo uma alteração no padrão de acumulação da sociedade capitalista. Portanto o reformismo social está presente no novo desenvolvimentismo, já que o mesmo defende reformas pontuais e não estruturais, transparecendo concordância com a atual divisão de classes e concentração de riqueza, proporcionando continuidade ao quadro neoliberal: concessão das demandas dos setores dominantes e negligência à classe trabalhadora.

Ao tomar como base os estudos de Plínio Sampaio Jr., encontramos uma convergência com os outros autores estudados, já que estes não consideram o novo desenvolvimentismo uma continuidade ou uma réplica do nacional-desenvolvimentismo. Sampaio Jr. afirma que o

novo desenvolvimentismo “não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial” (2012, p. 672).

Ao retomar o sentido do nacional-desenvolvimentismo, é retratado que o mesmo não passou de um desejo não realizado da burguesia nacional da América Latina. Acreditava-se que a partir da acumulação seria necessária apenas uma boa vontade política para domesticar o capitalismo e orientá-lo para o desenvolvimento interno, favorecendo a burguesia nacional.

Ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento (SAMPAIO Jr., 2012, p.677).

Essa redução não traz benefícios para áreas como saúde, habitação, educação, etc., e o que acaba ocorrendo é um brutal desequilíbrio entre as condições de vida da classe burguesa e trabalhadora.

O autor define o novo desenvolvimentismo como a expressão usada para designar a nova fase dos países da América Latina, que buscam agora conciliar industrialização, modernização e aumento de investimentos em políticas econômicas com equidade social.

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com aspectos ‘positivos’ do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO Jr., 2012, p. 679).

É visível que é apenas uma combinação simbólica, visto que, como uma vertente liberal, a liberdade estará sempre acima da equidade, assim, se para a construção de uma equidade social seja necessária, por exemplo, a desapropriação de terras, a mesma não acontecerá, visto que esta reforma contaria o princípio da propriedade privada. Desta forma, no novo desenvolvimentismo, os princípios neoliberais sempre estarão acima da construção da equidade. A análise da realidade feita pelos defensores do novo desenvolvimentismo, “reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas” (SAMPAIO Jr., 2012, p. 686).

Com a atual crise do capital mundial, Katz analisa o quadro latino americano e afirma que a região abarca uma grande reserva de capital, o que a deixa em uma situação privilegiada. No entanto, esta reserva não está sendo garantida para utilização nesta região, e

sim está sendo usada para socorrer as economias de capitalismo central. Desta forma, a América Latina está sendo contemplada com a aplicação de capital estrangeiro já que oferece uma certa segurança, baseada nas suas reservas. Por outro lado, repassa seus lucros para o sistema financeiro mundial. Segundo Katz (2012), o Brasil é o quinto maior possuidor de Bonos do Tesouro estadunidense. Isso acontece a partir dos empréstimos que se realizam entre as nações, o que assegura suas posições financeiras no mercado internacional e continuem a participar influentemente de grupos como o G20.

Ao se reportar ao Brasil, o autor identifica o país como possuidor de 50% a 60% das reservas de capital da região. Assim, este país passa a negociar diretamente com as potências mundiais (E.U.A e Europa). É perceptível que muitas vezes o Brasil deixa de negociar com os vizinhos latinos para realizar transações com países de capitalismo central, o que o coloca em posição de poder e dominação perante as demais nações da América Latina.

Apesar dos avanços econômicos, a região ainda sofre fortes intervenções internacionais, o que não permite o desenvolvimento de uma independência plena, o que acaba por gerar grandes danos à população, visto que os preços dos alimentos, os investimentos estatais, a criação de postos de trabalho e o desenvolvimento industrial são controlados por corporações internacionais.

A despeito do acúmulo de capital e dos investimentos internacionais que recebe, a América Latina permanece com os piores índices de desigualdade social. Segundo estudos realizados pela CEPAL e pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) (2006), a região produziu, em 2002, alimentos suficientes para 1,8 bilhão de pessoas, ou seja, três vezes a população da região. No entanto, mais de 52 milhões de pessoas continuam com uma alimentação insuficiente para levar uma vida ativa e saudável. É perceptível que o que coloca a América Latina em seu atual quadro social é a má distribuição do que é produzido, visto que o que se produz, concentra-se em um pequeno percentual da população.

Com o novo desenvolvimentismo é cobrado, pelos organismos internacionais, que a região melhore seus índices sociais. Dessa forma, há um aumento de investimentos em políticas sociais, principalmente nos Programas de Transferência de Renda. Os investimentos nestes programas variam, mas eles estão presentes em grande parte dos países latino americanos.

En Argentina rige la asignación universal (0,40% del PIB), en Brasil la Bolsa Família (0,47%), em México el programa Oportunidades (0,51%), en

Bolivia el Bono Juancito Pinto (0,33%), em Venezuela las Misiones (0,45%), en Ecuador el Bono de Desarrollo Humano (1,17%), en Chile el Plan Solidario (0,11%), en Colombia la Iniciativa Familias (0,39%) y en Perú el Poryecto Juntos (0,14%) (GONÇALVES apud KATZ, 2012, p. 718).

Assim, é perceptível que os investimentos ainda são baixos quando nos reportamos ao número de pessoas que ainda vivem na pobreza. Segundo o Panorama Social da América Latina 2012, construído pela CEPAL, em 2012 era de 167 milhões, o número de latino americanos em situação de pobreza, já o número de pessoas em extrema pobreza ou indigência chegava a 66 milhões.

O novo desenvolvimentismo é colocado por seus defensores como uma alternativa ao neoliberalismo, já que o primeiro preza pela intervenção estatal. No entanto, afirma Katz,

esas medidas no son concebidas en una dirección pos-capitalista, sino como acciones tendientes a remodelar el orden social vigente. Por eso implican no sólo acciones de regulación estatal, sino también flertes subsidios a los grupos empresarios que se desea promover como protagonistas de la vida económica (2012, p. 720-721).

Desta forma, o novo desenvolvimentismo não se apresenta como alternativa ao liberalismo, visto que a liberdade e a competitividade de mercado são intocadas, desta forma, o mesmo aparece como mais uma reforma no modo de produção capitalista, necessária para a manutenção da ordem burguesa. Note: a mudança é superficial, sua base de exploração de uma classe sob a outra, se mantem intacta.

Esta reforma aparece na América Latina, como afirma Katz, como uma alternativa ao socialismo, assim, esta região que é historicamente marcada por lutas anti-imperialistas, passa por um momento onde a maioria de seus governos são de direita ou centro-esquerda, o que acarretou numa diminuição da participação popular, aumento da despolitização, fazendo com que se encontre ainda mais distante a construção de uma resistência ao atual modo de produção.

Ao analisar os estudos que Almeida realizou acerca da realidade brasileira, pode-se notar que é identificado uma diminuição da intervenção popular na política, uma passividade conservadora, uma despolitização da população. Esse quadro aparece, principalmente, nos governos Lula devido à popularidade e a origem humilde do ex-presidente.

Nesse período (2003-2011), o Brasil melhora de maneira rápida e crescente os índices sociais e econômicos. Segundo o Censo 2010 (IBGE), a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% em 2000, para 9,6% em 2010. Entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, a

pobreza diminuiu 50,64%. No entanto, a pobreza extrema ainda atinge 16,2 milhões de brasileiros (IBGE, 2010).

Ao analisar o novo desenvolvimentismo no Brasil, Almeida, assim como Gonçalves, afirma que o que acontece no país é um “nacional-desenvolvimentismo às avessas.” Essa afirmativa parte do pressuposto que nos últimos onze anos não houve investimentos na indústria, nem diminuição de importações, pelo contrário, o que se observa no país é um alto investimento na agroindústria, que é a responsável pela produção de produtos primários.

Almeida não apresenta o novo desenvolvimentismo como uma continuação do nacional-desenvolvimentismo presente no Brasil no final da década de 1950, mas os identifica “como dois momentos muito bem sucedidos da dominação burguesa em uma formação social capitalista dependente, com regime liberal-democrático e políticas que se apresentam como desenvolvimentistas” (2012, p. 692).

Desta forma, o novo desenvolvimentismo tem o apoio da burguesia, classe trabalhadora e Estado, partindo do pressuposto que se todos trabalharem, todos vão colher, positivamente, os frutos desse trabalho. Nos dois mandatos do presidente (Lula) e no atual mandato da presidente (Dilma), se conseguiu a formação de uma forte aliança com a classe trabalhadora, os Programas de Transferência de Renda foram imprescindíveis nessa construção. Os mesmos são oferecidos como meio de compensação social, assim, os usuários tem acesso a uma pequena transferência monetária, já que não tem cessadas suas necessidades mínimas enquanto seres humanos.

Devido ao fato o ex-presidente Lula ter vindo da classe trabalhadora e apresentar historicamente apoio e participação nos movimentos sociais, os trabalhadores esperavam que seu governo fosse voltado para a classe trabalhadora, no entanto, o que ele conseguiu foi ser eleito por uma classe, atender aos interesses de outra e ainda assim, ser visto como um presidente que governou para o população mais pobre. Devido sua popularidade entre os movimentos sociais, ele não sofreu grande pressão popular, e a todo momento se referia aos mesmos e a classe trabalhadora como sua família, como pertencentes e portadores do tesouro nacional.

É visível que mais uma vez foi possível escamotear a realidade para a maioria da população, com o novo desenvolvimentismo o termo neoliberalismo está sendo cada vez menos usado, mas o que se observa é que a vida de exploração a que o trabalhador era

submetido continua, agora com o discurso do empreendedorismo, da promoção individual e da flexibilização do trabalho.

O novo desenvolvimentismo é pauta de discussão de diversos estudiosos latino americanos, uns acreditam que ele seja a tábua de salvação, o meio pelo qual o capitalismo vai se humanizar; os críticos, os quais alguns foram tratados neste texto, analisam o mesmo como uma reforma do modo de produção capitalista, que não exclui totalmente os princípios liberais, mas que camufla suas intenções, demonstrando um avanço superficial quando refere-se a intervenção estatal no trato da questão social, que vem sendo combatida com políticas sociais compensatórias, focalizadas e excludentes, as quais são capazes de mudar a estatística da região, mas que esconde a situação real a que essa população é exposta.

### **O novo-desenvolvimentismo como terceira via na América Latina**

A América Latina sempre foi palco de disputas entre governos neoliberais e socialistas, e isso acontece tanto pela desigualdade que marca a região, como pela presença de Cuba, que em 1959 realizou sua revolução com apoio soviético, instaurando um novo modelo de Estado que se voltou diretamente para as necessidades do povo. Cuba estatizou suas empresas, erradicou o analfabetismo e ofereceu saúde de qualidade para sua população. Assim, o espectro comunista sempre rodeou as eleições da região, especialmente em países como Venezuela, Argentina e Brasil.

A partir do início do século XXI, observou-se que os tradicionais candidatos a governos mais populares, abandonaram a opção do socialismo, absorvendo os objetivos do novo-desenvolvimentismo, que tem se colocado como uma terceira via nas eleições, um modo de governar que agrada a “gregos e troianos”. Segundo Katz, “Bachelet, Lula e Tabaré Vazquez descartaram todas as referências ao socialismo em seus discursos, renunciaram à introdução de reformas sociais e se situaram em um terreno oposto às maiorias populares” (2010, p. 58).

Ao se colocar como uma terceira via, o novo-desenvolvimentismo oferece suporte a governos que fazem alianças entre trabalhadores e capitalistas, são governadores que não abandonam as políticas liberais, mas que fortificam a economia e a indústria através da intervenção estatal, injetando capital em empresas e bancos e oferecendo regalias a quem se propõe a ajudar no desenvolvimento do país. A classe trabalhadora e os movimentos sociais



também são convidados a fazer parte do novo-desenvolvimentismo com o objetivo da construção de uma relação harmoniosa entre classe trabalhadora e burguesia.

Os governantes do novo-desenvolvimentismo buscam combinar o desenvolvimento da indústria e da economia com o atendimento de algumas necessidades da população mais pobre. É presente a concessão de benefícios como programas de transferência de renda, programas de acesso a alimentação, crédito fácil, etc. Assim, é perceptível o uso de tais programas como estratégia de contenção e controle das massas, onde são concedidas pequenas melhoras com o fim de diminuir a visão de desigualdade presente nessa classe. Esses benefícios permitem a ampliação do consumo, o que ajuda diretamente na construção de uma economia forte e na amortização das crises.

E sendo assim, o novo-desenvolvimentismo preza pelo desenvolvimento com equidade, negando a base fundamental do modo de produção capitalista que é a socialização da produção e a apropriação privada dos meios de produção e da mais-valia produzida. No sistema vigente, o mecanismo para diminuir a desigualdade, são as políticas sociais, que deveriam atender as necessidades das classes menos favorecidas. No entanto, o que se observa é um alto investimento em programas compensatórios, que oferecem apenas o acesso ao consumo. Só em 2011 no Brasil, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram gastos mais de 16 bilhões de reais no Programa Bolsa Família.

No Brasil, esse programa de transferência de renda, desde de 2010, atingiu 100% do seu público alvo. As crises atingiram o país de maneira menos intensa não desmontando a economia nacional. Segundo Castelo,

Abriu-se assim, uma nova etapa da revolução passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária que abandonou seus projetos de socialismo antes mesmo de assumir o governo (Iase apud Castello, 2012), em um processo maciço de transformismo. Consequentemente, nos deparamos com uma nova fase do capitalismo dependente: sem rupturas, reafirmou-se o desenvolvimento desigual e combinado brasileiro. (2012, p. 631).

O desenvolvimento, apesar de atingir minimamente as políticas sociais, ainda se mostra insuficiente para as classes menos favorecidas. Mesmo com os governantes investindo uma maior porcentagem do PIB em políticas sociais, o montante ainda é insuficiente. Para Fattorelli,

Quase a metade do orçamento federal do próximo ano, exatos 42%, está destinada ao pagamento da dívida pública brasileira. Dos 2,14 trilhões de reais, 900 bilhões serão gastos com o “pagamento de juros e amortizações da

dívida pública, enquanto estão previstos, por exemplo, 71,7 bilhões para educação, 87,7 bilhões para a saúde, ou 5 bilhões para a reforma agrária (2012).

É visível que o valor investido no pagamento da dívida pública é imensamente maior que o investido em gastos sociais, isso acontece porque o foco do novo-desenvolvimentismo continua sendo a economia e a indústria, colocando as políticas sociais em segundo plano.

O foco do discurso dos novo-desenvolvimentistas tem sido, portanto, o aumento dos gastos sociais, é como se as políticas sociais fossem mudar o caráter de exploração que o capitalismo carrega. Essa política se sustenta na locução de duas coisas: que nesse modo de produção, não podem ser atingidas simultaneamente, que são desenvolvimento econômico e equidade social. No Modo de Produção Capitalista o desenvolvimento está pautado na exploração, assim, a equidade social não poderá ser atingida, se a base do capitalismo for mantida.

Como posto anteriormente, os governantes abandonaram de seus discursos qualquer menção a revolução, desta forma, a proposta novo-desenvolvimentista é avançar dentro do modo de produção vigente, não rompendo com as bases que o sustentam, permitindo sua continuidade.

Assim, é perceptível que as expressões da questão social, mais gritantes são tratadas com políticas sociais, e os problemas mais profundos que são arraigados a sociedade capitalista sejam deixados de lado. Atendem paulatinamente as situações mais extremas, sem combater a raiz do problema. Esse tipo de estratégia também confunde os movimentos sociais que se veem obrigados a levantar bandeiras mais recortadas de um problema principal, assim, segundo Katz (2010),

Cuando se relegan las demandas populares para hacer buena letra con las clases dominantes, la unidade de los oprimidos e rompe y esta desunión termina ahogando los proyectos revolucionarios. Al postergar la “contradicción principal” para atender solo las “contradicciones secundarias” se diluyen los puentes que conectan las demandas mínimas y máximas de los desposeídos. Esta fractura tiende a frustrar el desenvolvimiento de una lucha social consecuente (p. 108).

Com o abandono de um ideal revolucionário, os movimentos sociais passam a atentar para causas mais urgentes deixando em segundo plano o ideal da construção de uma sociedade pós-capitalista. É possível inferir assim, que para além do aumento dos gastos sociais, visualiza-se a manutenção da ordem e o amortecimento dos movimentos e das manifestações. Se a proposta do novo-desenvolvimentismo é de melhorar o capitalismo através de reformas sociais, Katz aponta que,

La propuesta de avanzar hacia la sociedade poscapitalista a través de un cronograma de etapas rigurosamente diferenciadas es reivindicada por algunos defensores de los gobiernos de Lula y Kirchner. Estimaron que estos mandatários permitirán generar un modelo de capitalismo permeable a sucesivas transformaciones progresistas, que con el tiempo favoreceran un curso socialista. (2010, p. 104).

No entanto, o que se percebe é que as mudanças pautadas pelo novo-desenvolvimentismo e colocadas em prática pelos governos de centro esquerda tendem a garantir a rentabilidade dos capitalistas, não tendo como objetivo principal o atendimento das demandas populares. Assim, as necessidades mais urgentes e melhores atendidas são as da classe dominante. Prova disso, são as aprovações vindas da burguesia, as mesmas aparecem a todo o tempo em entrevistas, declarações e reportagens. O novo-desenvolvimentismo tem se mostrado eficiente, além de atender as regalias burguesas, cala a boca do povo de maneira sutil e quase imperceptível.

Ao nos reportarmos ao Brasil, notamos que o governo do presidente Lula foi marcado por reformas sociais que a todo momento tiveram a aprovação de figuras capitalistas importantes. Castelo explica:

A nova fase do desenvolvimento capitalista inaugurada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi comemorada pelas classes dominantes. Em 2006, Olavo de Setúbal, dono do Itaú, fez rasgados elogios à política econômica do governo Lula, que então mantinha intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Em novembro de 2009, a revista *The Economist* fez uma matéria de capa com o título “Brasil decola” (*Brazil takes off*), com a imagem do Cristo Redentor subindo aos céus como um moderno foguete. Em março de 2011, Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu que “estamos todos felizes com a nossa presidenta”, fazendo adendos críticos às políticas de câmbio e juros sobrevalorizados. E, em janeiro de 2012, o banqueiro Roberto de Setúbal, herdeiro de Olavo, declarou o seguinte a respeito da política econômica do governo Dilma: “Gosto de tudo o que tenho visto”. No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos (Castelo, 2012, p. 614).

Como afirmado anteriormente, no novo-desenvolvimentismo há uma união entre os desejos dos burgueses e dos trabalhadores, e a camuflagem usada faz com que pareça que todos estão sendo bem atendidos. É possível compreender que as ações que vem sendo desenvolvidas pelos governos de centro-esquerda pautadas nos ideais do novo-desenvolvimentismo estão surtindo os efeitos esperados: alimentando a continuidade do

capitalismo e ludibriando os pobres através de ações paulatinas. Assim, afirma Katz, “acompañar las expectativas populares no es lo mismo que propiciarlas” (2010, p. 112).

## CONCLUSÕES

É possível inferir que a pesquisa realizou estudos aquém do que se propôs, além de analisar criticamente o conceito do novo-desenvolvimentismo que é discutido na América Latina, estudou ainda como este vem montando formas de governos na região.

Diante de tudo que foi estudado e analisado, é possível afirmar que o novo-desenvolvimentismo é foco de muitos estudos, debates e encontros na América Latina, se mostrando assim, um amplo objeto de estudo. Alguns autores afirmam ser uma alternativa ao neoliberalismo, outros colocam que é mais uma estratégia de revestimento das mazelas do capitalismo, no entanto, o que se sabe é que o conceito está sendo usado para propagar uma nova fase do capital que combina as políticas neoliberais a estratégias que buscam a equidade social, e que os adeptos se utilizam, em grande escala, dos Programas de Transferência de Renda como estratégia de combate a pobreza e a fome.

Esses programas são responsáveis por melhorar muitos índices sociais, já que estas quantificações tem como principal critério a renda. No entanto, essa contagem não retrata de fato a realidade, visto que pessoas que apresentam uma renda um pouco maior que a considerada como limite da pobreza, já se encaixam como não pobres. Assim, é perceptível que as pessoas não saem da condição de exploração e pobreza, mas, somente, tem uma insipiente ampliação de sua renda.

Ao realizar um estudo da política na América Latina, é possível afirmar que o novo-desenvolvimentismo vem sendo utilizado como terceira via, se colocando como uma forma de governo que continua a atender aos interesses da burguesia, mas atrelando a isso alguns benefícios que atingem a classe trabalhadora, o que a enfraquece politicamente, visto que se perde a identidade de oposição entre capital e trabalho.

Portanto, a construção de uma terceira via aconteceu a partir da inserção do novo-desenvolvimentismo como forma de governo. Assim, os governantes adeptos apresentam como meta a construção de uma relação de igualdade entre mercado, Estado e classe trabalhadora, na tentativa de passificação dos povos, visto que com a perda da identidade de

contrários, a classe trabalhadora, passa a se perceber como um membro do mercado, e não como um setor explorado.

Desta forma, o novo-desenvolvimentismo a partir de uma busca da construção de uma harmonia entre os opostos, escamoteia a realidade, encobrindo a face de exploração do capitalismo, o que torna ainda mais difícil a construção de uma classe revolucionária e de uma alternativa concreta e possível para além do capitalismo.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 689-709, out/dez. 2012.**

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino americano. **In.: Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.** Org.: Rodrigo Castelo; tradução dos textos em espanhol Diego Al Faro; tradução do texto em francês Wanda Brant. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out/dez. 2012.**

COGGIOLA, Osvaldo Fome, **Capitalismo, e programas sociais compensatórios: histórico e análise comparada da experiência brasileira.** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://d.yimg.com/kq/groups/1163516/1890314512/name/OC+PBF.pdf> Acesso em: 07/05/2012

FATTORELLI, Maria Lucia. Orçamento federal de 2013: 42% vai para a dívida pública. Entrevista especial com Maria Lucia Fattorelli. 17 de setembro de 2012. IHU – Online. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513556-orcamento-federal-de-2013-42-vai-para-a-divida-publica-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>. Acesso em 01/08/2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out/dez. 2012.**

GARSCHAGEN, Sérgio. Transferência de Renda: resgate social. **In Desafios do Desenvolvimento, Brasília, p. 32-39, dezembro de 2007.** Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: 13/09/2012.

KATZ, Claudio. Los atolladeros de la economia latino-americana. **In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 711-728, out/dez. 2012.**

\_\_\_\_\_ Socialismo ou Novo-desenvolvimentismo? In.: **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.** Org.: Rodrigo Castelo; tradução dos textos em espanhol Diego Al Faro; tradução do texto em francês Wanda Brant. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_ Las disyuntivas de La izquierda em América Latina. Cuba, 2010, editorial de ciencias sociales.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social.** Tradução: Snadra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimento. In.: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, A.; PERUZZO, J. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5ª Ed, 2011, São Luis/MA. O novo desenvolvimentismo e estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais na América Latina.

\_\_\_\_\_ **Desenvolvimentismo e Políticas Sociais na América Latina.** S/d.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out/dez. 2012.**